

-----ATA N.º 4/2024 -----

-----Aos trinta dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva Rodrigues.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pelos Senhores Deputados Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques e Joaquim Lopes de Abreu, na qualidade de primeiro e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente e aos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão. -----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou via correio eletrónico, com registo de entrada número cinquenta, datado de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e três de setembro e onze de outubro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos. -----

-----Deu conhecimento que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número cinquenta e um, datado de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, que iria estar ausente, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Deputado António José Gonçalves Martins. -----

-----Comunicou, também, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, Bruno Alexandre Castro de Almeida, se fez representar pela Tesoureira, a Senhora Daniela Filipa Amaro Caetano.-----

-----Deu, ainda, conhecimento, que o Senhor Deputado José Miguel Figueiredo informou, via correio eletrónico, com registo de entrada cinquenta e quatro, datado de trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e nove de setembro e três de outubro, tendo solicitado a sua substituição. Atendendo a que o pedido deu entrada nos serviços à data da reunião, não foi possível proceder à sua substituição, no entanto, tendo em conta os motivos invocados, considerou-se a falta justificada. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

- Joaquim Lopes de Abreu; -----
- Alexandra Isabel Henriques Sena; -----
- Carlos Miguel da Costa Cunha;-----
- Francisco José Pereira Marques Cabral;-----
- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
- Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
- Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----
- Isabel Maria Moura Seixo Cunha;-----
- Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos; -----
- António José Gonçalves Martins, em substituição do Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----
- José Jorge Silva;-----
- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
- António Santos; -----
- Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
- Ana Cristina Dias Pires;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Daniela Filipa Amaro Caetano, Tesoureira da Junta de Freguesia do Fornotelheiro, em representação do Senhor Bruno Alexandre Castro de Almeida; -----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta Sessão e justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo -----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**-----

-----Após apreciar os pedidos e tendo os mesmos sido apresentados no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores:-----

-----António Santos; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** expressou um voto de pesar, endereçado à Senhora Deputada Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo e família, pelo falecimento do seu avô Abílio Loio. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público” tendo-se inscrito o Senhor Vítor Henriques e a Senhora Sandra Cláudia Almeida Fonseca. -----

-----O munícipe Vítor Henriques começou por expressar as suas condolências às famílias enlutadas, vítimas dos incêndios que dizimaram o País nos últimos dias.-----

-----Continuou, dizendo, que há muitas áreas que precisam de ser discutidas, tais como saúde, educação, habitação, justiça entre outras. Pensou num tema que englobasse todas estas áreas que é o orçamento de estado e relembrou Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, que num comício proferiu expressões não propriamente adequadas sobre o tema. A tão falada novela orçamental tem sido discutida ainda as eleições do presente ano não tinham sido realizadas, porque já se sabia que do ato eleitoral não iria resultar nenhuma maioria quer PS quer AD. Mas à pergunta se viabilizariam um Governo e, dessa forma, também, se podia especular um orçamento do partido oposto, ambos respondiam que teriam uma maioria de sustento, deixando os portugueses numa posição de incerteza em relação ao futuro. Em março, os portugueses votaram e no final saiu o resultado que muitas sondagens apontavam, um Governo ultraminoritário da AD, uma tripartidarização parlamentar, uma maioria de direita. Havia duas escolhas para a AD ou se juntava à direita ou ao centro, arrançando uma maioria mais ou menos estável que durasse quatro anos. A AD decidiu manter-se nessa minoria e agora estão a pagar o preço dessa decisão, um orçamento não definido, políticas não definidas e uma inflexibilidade do centro face a certas medidas. Relembrou que o tema do orçamento irá criar uma crise política e novas eleições. Por isso, um Governo de gestão e novas eleições à porta gerará medo e uma certa dubiedade em relação ao futuro. Todos esses fatores irão prejudicar a execução de fundos e afastar potenciais investidores estrangeiros e até nacionais, porque num cenário de completa indefinição política, económica e social, nenhum investidor minimamente consciente vai investir num País com estas características. O Município de Celorico da Beira pertence a esse País e é diretamente afetado por este turbilhão político. Nesta sequência questionou se o Senhor Presidente da Câmara tem algum plano para evitar

esta fuga de capitais pré-anunciada pelo Senhor Presidente da República, porque se irá para novas eleições caso o orçamento seja chumbado.-----

-----Relembrou que recentemente o Senhor Presidente da Câmara inaugurou as instalações de uma empresa que se fixou no Parque Industrial, no entanto esse Parque encontra-se atualmente vazio. Disse que, durante o período que o Senhor Presidente está no poder, passou por uma pandemia, as circunstâncias geopolíticas não são favoráveis, mas tem que se preparar para o futuro, porque se mantiver a desculpa das condições geopolíticas nunca se sairá do mesmo. Nesse sentido, também, pretendeu saber se existem mecanismos que permitirão aos municípios investir de maneira autónoma, sem estarem tão dependentes das remessas enviadas pelo Governo Central. -----

-----Para terminar, voltou ao início dizendo que o orçamento é uma ferramenta fulcral para a governação do País, pois é ele que vai definir os tetos de despesa e de receita, sendo assim, obrigatório que seja o Governo a decidir onde quer receber e onde quer gastar. Disse ainda que o PS já anunciou que só aprovava o orçamento sem o IRS jovem e sem o IRC. A AD respondeu alegando extremismo por parte de Pedro Nuno Santos. Nesta sequência, questionou se num cenário hipotético de um Governo minoritário do PS, que algumas sondagens apontam no caso de novas eleições, será que o PSD não iria impor os seus ideais económicos em época orçamental aos socialistas. Será que não queria que o Governo fizesse cedências consideráveis a bem da estabilidade. Todos sabem o que aconteceu em dois mil e vinte e um, em que o Bloco de Esquerda e o PCP juntaram-se e deixaram cair o Governo da República. Do ponto de vista da Direita, Rui Rio encontrava-se na mesma posição em que se encontra, atualmente, Pedro Nuno Santos para o orçamento de dois mil e vinte e cinco. Na altura Luís Montenegro acusou Rui Rio de ser uma bengala de António Costa para o orçamento de dois mil e vinte e dois. O País mudou, há uma maioria à Direita, um PSD minoritário e um PS dividido exatamente à maneira do PSD em dois mil e vinte e um. Se Luís Montenegro apelava

ao chumbo pré-anunciado do orçamento de dois mil e vinte e dois, questionou se terá agora o PS a legitimidade política para fazer o mesmo. Ou será que o PS deverá ser agora a bengala do Governo, só porque Montenegro é agora o Primeiro-Ministro. -----

-----De seguida, tomou a palavra a munícipe Sandra Cláudia Almeida Fonseca que como cliente de alguns cafés de Celorico da Beira, pretendeu saber se esses estabelecimentos pagam alguma taxa pelas esplanadas e quais as normas de segurança que devem ter obrigatoriamente. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Vítor, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que a política nacional não pode ser dissociada da política local. O que foi exposto são opiniões de analistas políticos, estão muito longe de um consenso e, acima de tudo, não devem ser dogmáticos relativamente às posições assumidas. Portanto, é uma incógnita dizer se haverá ou não eleições ou se o orçamento será ou não aprovado. Assim como, não é tão linear nem tão certo dizer-se que o Governo cairá se o orçamento não for aprovado, pois pode continuar a governar por duodécimos, se eventualmente o orçamento for chumbado. Até à aprovação do Orçamento de Estado, apenas são feitas conjeturas, pois não há certezas. Porém, todas as decisões do Governo da República têm implicações e consequências em todo o País e no poder local, porque o orçamento municipal depende da aprovação do Orçamento de Estado. No momento, não se sabe se haverá um reforço das verbas destinadas às Câmaras Municipais, se as mesmas se mantêm ou se haverá uma diminuição. Atualmente, existem muitas incertezas tanto a nível local, como nacional e mundial, porque o mundo está repleto de imprevisibilidades derivado às guerras. Obviamente que, tanto o orçamento, como a definição de políticas nacionais e locais acarretam sempre algumas alterações, como no caso da habitação em que a nomeação do novo Presidente do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, aumentou as dificuldades,

uma vez que o projeto do 1º Direito que, depende de fundos europeus do PRR, já estava atrasado e pode não conseguir cumprir o prazo de execução até dois mil e vinte e seis. As Câmaras Municipais estão preocupadas e defendem a ampliação do prazo, pois caso contrário, haverá muito fracasso na área da habitação por impossibilidade de execução em tempo útil. -----

-----No que concerne à questão do Parque Industrial A25 estar desocupado expressou a sua satisfação pela existência de uma empresa que está concluída, faltando apenas a contratualização de recursos humanos para iniciar a sua atividade. Deu conhecimento que cerca de quinze empresários manifestaram interesse em investir no Concelho. Assim como um grupo espanhol demonstrou interesse em investir no Concelho, dado que Celorico da Beira possui condições adequadas para o seu projeto. Apesar da indefinição do Governo, a economia não para e os empreendedores também não. Espera que dentro de algum tempo aquele espaço esteja preenchido, uma vez que atualmente já tem condições para a instalação de empresas.-----

-----Quanto ao investimento em fundos e capitais nacionais disse que há três ou quatro projetos de alguns milhões de euros que consideram estruturantes para Celorico, no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Lembrou que, para além do PRR, ocorreu uma transição do quadro comunitário 2020 para o 2030, o que implica a elaboração de candidaturas e todos os procedimentos formais necessários, que demoram muito mais tempo do que propriamente a execução da obra.-----

-----Em relação à intervenção da munícipe Sandra Cláudia Almeida Fonseca, disse que existiam estabelecimentos que estavam isentos do pagamento de taxas das esplanadas, enquanto que outros não. Embora o Regulamento permita essa situação, há alguns meses, decidiram que o tratamento deveria ser igualitário, como forma de estimular o comércio. Nesse sentido, pretendem isentar todas as esplanadas, com efeitos retroativos para o ano de dois mil e vinte e quatro, o que implica a

necessidade de elaborar um novo regulamento. Assim, no presente ano, todos os proprietários estão isentos do pagamento das esplanadas. Quanto às normas de segurança, ao construir uma esplanada, é necessário garantir as condições mínimas de segurança e independentemente de pagarem ou não por esses espaços, os mesmos precisam de ser licenciados. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada na localidade de Casas do Soeiro. Seguindo a ordem alfabética, a próxima reunião ficou agendada para a Freguesia de Fornotelheiro. -----

-----De seguida, disse que na última Assembleia Municipal a bancada do PS apresentou um projeto de resolução para sensibilizar o Governo na alteração do nome do novo Aeroporto para Sacadura Cabral. Neste sentido, e porque a Assembleia votou por unanimidade essa resolução, passou a ler a Moção elaborada pelos serviços competentes na Câmara Municipal e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----**“Redenominação do futuro Aeroporto de Alcochete, de Luís de Camões para Sacadura Cabral** -----

-----Os proponentes da causa em epígrafe consideram de elementar justiça a atribuição do nome Sacadura Cabral ao novo Aeroporto, por força dos seguintes fundamentos: -----

-----Trata-se de uma infraestrutura relacionada com a aviação, campo que tem em Sacadura Cabral o seu maior vulto, enquanto mentor e

protagonista da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, que ligou Lisboa ao Rio de Janeiro em 1922, coadjuvado pelo almirante Gago Coutinho; -----

-----Denominar o futuro aeroporto de Sacadura Cabral constitui uma forma de o país reconhecer e valorizar essa ponte aérea transatlântica, feito homérico (à época), que catapultou Sacadura Cabral e Gago Coutinho, para as páginas da História da Aviação Portuguesa e Mundial, bem como, exaltar, avultar e premiar o papel incomensurável e fulcral deste Homem da Modernidade;-----

-----Reconhecer e homenagear Sacadura Cabral, à escala global é um imperativo nacional pelo impulsionamento da aviação nacional e mundial, com o desenvolvimento de um sistema integral e científico de navegação aérea autónoma que serviu para encurtar distâncias e unir os povos, colocando a técnica e a ciência ao serviço da Humanidade, subjacente no projeto de circum-navegação aérea durante o qual “quedou,/ Servo da Sorte infiel que a sorte/ Deu e tirou.”, como eternizou Fernando Pessoa no poema que dedicou ao aeronauta; -----

-----Portugal exalta e projeta para a posteridade a memória dos filhos mais ilustres, distinguindo-os com a instituição de efemérides, como no caso de Luís Vaz de Camões com o “Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, ou com a atribuição dos seus nomes na toponímia, em monumentos e infraestruturas como recentemente aconteceu com Gago Coutinho que passou a denominar o Aeroporto Internacional de Faro;-----

-----Pese embora o facto da homologação da promoção por distinção a título póstumo ao posto de Contra-almirante do Capitão-de-fragata Artur de Sacadura Freire Cabral, pelo Presidente da República em junho de 2024, tentar saldar uma dívida de memória, denominar o novo aeroporto como Aeroporto Sacadura Cabral constitui a derradeira oportunidade de enaltecer o seu contributo na História da Aviação Portuguesa e Mundial que ele ajudou a idealizar e a construir; -----

-----Sendo Sacadura Cabral natural de Celorico da Beira, todo o Interior do país beneficiará com esta atribuição, projetando-se como um território promotor de uma História de Portugal em que a Ciência foi agente de mudança, de empreendedorismo, de inovação e de pioneirismo. -----

-----Nesta conformidade, apelamos à coragem do Governo e da Assembleia da República para atribuir o nome Sacadura Cabral ao novo Aeroporto (Alcochete), permitindo desta forma não só perpetuar e dignificar o seu legado pelo progresso da aeronáutica e pelo bem-estar da Humanidade, como também, concretizar, ainda que depois de morto, o seu sonhado projeto de circum-navegação aérea, no abraço das gentes que irão e virão de todo o planeta para Portugal.” -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha** apresentou um Voto de Louvor em nome da Bancada do PSD, que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Voto de Louvor às Corporações de Bombeiros de Portugal -----

-----As corporações de bombeiros têm realizado com grande coragem e espírito de sacrifício, um trabalho exemplar em prol do País e dos portugueses, tanto no combate aos incêndios, como no transporte de doentes para os cuidados de saúde, mas também em outras ocorrências de proteção civil. -----

-----Todos estes homens e mulheres cumprem com honra o seu lema: vida por vida. -----

-----Merecem todos eles da nossa parte um louvor, por toda a sua entrega ao serviço da comunidade, salvando muitas vezes, pessoas, bens, animais e milhares de hectares de floresta no nosso País, mesmo sabendo o risco a que se submetem. -----

-----Com este voto de louvor deixamos também toda a solidariedade para com as famílias das vítimas dos fatídicos incêndios que ocorreram este ano no nosso País. O louvor é também para todos aqueles que infelizmente partiram a realizar a sua missão. -----

-----Por último, um reconhecimento especial à nossa Corporação de Bombeiros de Celorico da Beira, por todo o trabalho realizado e por toda a entrega ao nosso Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 30 de setembro de 2024, aprova um voto de louvor às Corporações de Bombeiros de Portugal. -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD”. -----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação a Moção Redenominação do futuro Aeroporto de Alcochete, de Luís de Camões para Sacadura Cabral, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----De seguida colocou à votação o Voto de Louvor às Corporações de Bombeiros de Portugal tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/06/2024**-----

-----Foi presente a ata número três, referente à sessão ordinária do dia vinte e oito, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e quatro, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.** -----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Lopes de Abreu**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez referência à Festa e Feira anual de Santa Eufémia, dizendo que para revitalizar a maior feira anual do Concelho, decidiram criar novas dinâmicas, com quatro dias de animação, com atividades que enriqueceram, sobretudo, a promoção e comercialização dos produtos locais, sob o lema “É Nosso é Bom!”. No sábado decorreu a abertura da Feira de Produtos Locais no Mercado Municipal de Celorico da Beira, contando com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Hernâni Dias. Na sexta-feira, no Centro Cultural houve um espetáculo com o Grupo de Fados “Praxis Nova”. Ainda no sábado, durante a tarde, decorreu a inauguração da empresa TIR2RENT, bem como um evento desportivo no Estádio Municipal, em que o Sporting Clube Celoricense apresentou as equipas de futebol para a época 2024/2025, contando com uma grande presença de atletas e pais de jovens atletas. À noite realizou-se a Gala Equestre e o concerto com os artistas

Némanus, e no domingo, também, decorreram diversas atividades. Considera que o evento foi bem-sucedido e pretendem dar continuidade no próximo ano. Destacou, igualmente, a realização do Torneio André Fernandes, que decorreu no passado fim de semana e que foi um enorme sucesso. Felicitou o Sporting Clube Celoricense e todos os envolvidos pelo momento de grande dinamismo desportivo, pois foi um marco para eventos futuros. Considera que homenagear um jovem que, infelizmente, partiu prematuramente, foi um bom motivo para que se faça algo de concreto e bastante positivo para a comunidade infanto-juvenil local. É necessário enaltecer todas as ações positivas, independentemente de quem as realize, porque servir a comunidade deve ser o objetivo de todos. -----

-----Relativamente ao drama dos incêndios, disse que todos devem ser solidários já que o prejuízo maior foi a perda de vidas. Corrobora com o elogio aos Bombeiros, tanto no âmbito nacional quanto local, pela sua atuação exemplar no combate aos diversos incêndios que, também, deflagraram no Concelho, demonstrando uma eficácia e eficiência inquestionáveis. -----

-----Deu conhecimento que a Autarquia recebeu o Prémio de Excelência Autárquica, com a candidatura “Capacitar Cuidadores em contexto domiciliário”, no passado dia 25, no Europarque, em Santa Maria da Feira, no âmbito do II Congresso da Cidade Social. Também, a Aldeias Históricas de Portugal, da qual a Aldeia de Linhares da Beira faz parte, recebeu a Medalha de Mérito – Grau Ouro, na VII Cimeira do Turismo Português, que decorreu no Palácio Nacional de Mafra. -----

-----De seguida, comunicou que a situação financeira do Município, à presente data, permanece estável, resultando de um esforço contínuo, com o objetivo de enquadrar as finanças do Município nos parâmetros legais, possibilitar a execução dos diversos projetos planeados e prever eventuais contingências que possam surgir. -----

-----Sobre a execução orçamental, referiu que a execução da receita aproxima-se dos sessenta e cinco por cento, sendo que a execução da

despesa está próxima dos quarenta e sete por cento. Estas execuções estão ligeiramente abaixo das execuções verificadas no mesmo período de dois mil e vinte e três, essencialmente devido à inferior execução das despesas de capital. Esta situação deve-se ao atraso da execução de alguns projetos financiados, nomeadamente, os que estão relacionados com o projeto do 1º Direito, cujas candidaturas se estão a revelar bastante complexas, sendo que têm estado em contacto com o IHRU e com fornecedores para resolver diversas questões. -----

-----Relativamente à dívida, adiantou que as dívidas a terceiros têm vindo a reduzir, essencialmente através da amortização de empréstimos, sendo que à presente data o passivo é inferior em cerca de meio milhão de euros face ao final do ano de dois mil e vinte e três. Os resultados financeiros, face ao período homólogo do ano anterior, estão melhores, havendo um acréscimo das transferências e impostos recebidos, que compensaram o aumento de gastos verificados no presente ano.-----

-----Em conclusão, disse que a situação financeira continua estável, apresentando boas execuções de receita, melhores resultados financeiros face aos mesmos períodos do ano transato e redução do endividamento. O Relatório do Auditor Externo, referente ao primeiro semestre, será apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal, onde estes resultados poderão ser confirmados. A Câmara está em fase de preparação do orçamento para o próximo ano e existem algumas incertezas em relação ao futuro, nomeadamente, sobre o orçamento de Estado, uma possível recessão na Alemanha, a continuidade das guerras e todo o impacto que estes fatores têm na inflação, no aumento dos combustíveis e da energia em geral. No entanto, considera que o Município está preparado para enfrentar qualquer desafio que possa, eventualmente, surgir. -----

-----**4. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o Projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, que após discussão pública não obteve qualquer sugestão, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que é uma medida tardia, tendo em conta o problema demográfico do território. No entanto, o aumento do número de jovens nas escolas é um sinal de esperança. Logo, a atribuição de um subsídio no valor de setecentos e cinquenta euros para o primeiro filho e de mil euros para cada um que se lhe seguirem, poderá ajudar. Para isso, é obrigatório que pelo menos um dos progenitores tenha residência fiscal no Concelho, há um ano, anterior à data de nascimento da criança. Esse apoio financeiro será diluído no espaço de vinte e quatro meses em bens ou serviços relacionados com o crescimento das crianças, desde a alimentação, vestuário, vacinas, medicamentos, entre outros, adquiridos no comércio local.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha**, na qualidade de líder da bancada do PSD, como jovem do Concelho e líder de uma juventude partidária congratulou o Executivo, porque este assunto já foi muito debatido pelas juventudes partidárias portuguesas, sejam elas de Direita ou de Esquerda. Considera que estes incentivos são, sem dúvida, um benefício para a população do interior. É bom que o Executivo continue com estas políticas de apoio e o presente regulamento serve como um estímulo para outros incentivos.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**5. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO À COMPARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS BOVINOS, OVINOS, CAPRINOS E COLMEIAS**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado à Comparticipação das Despesas Bovinos, Ovinos, Caprinos e Colmeias, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que o objetivo é incentivar a agropecuária num Concelho tradicionalmente de pastores, em que impera maioritariamente o gado ovino, mas onde também existe o gado caprino, o bovino e cada vez existem mais apiários. Portanto, são os quatros setores em causa, não só em termos de saúde pública e animal, mas também de apoio, dado que existem dificuldades inerentes a essa atividade. Este regulamento visa, igualmente, preservar e, se possível, expandir essa atividade tão característica do Concelho. Por conseguinte foi atribuído um apoio à vacinação obrigatória dos animais a realizar anualmente.-----

-----Mais disse que, a agricultura não se limita à agropecuária e por vezes vão surgindo outros apoios para ajudar noutros ramos.-----

-----De seguida passou a palavra à Senhora Vereadora Teresa Cardoso.-

-----A Senhora **Vereadora Teresa Cardoso** disse que tal como aconteceu com as queijeiras, em que houve a edição de um livro que retrata a atividade e enaltece o papel que têm no território, será elaborado um protocolo com uma associação para uma publicação, onde se destaca

o papel da mulher rural, tanto no campo, como na família, bem como a sua importância no território. Várias pessoas do Concelho irão dar o seu testemunho para a publicação desta edição. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que é uma forma de homenagear o mundo rural em geral. A edição do livro sobre as queijeiras foi bem-sucedida, espera que esta seja dentro da mesma linha. --

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado à Comparticipação das Despesas Bovinos, Ovinos, Caprinos e Colmeias.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**6. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO SOCIAL DOS APAL-SIM E 1ª REVISÃO AO ACORDO DE PARCERIA**-----

-----Foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Ausentou-se da sala a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, não participando na discussão e votação do ponto seis e sete da Ordem de Trabalhos, por ser Assessora do Conselho de Administração da APAL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dar um esclarecimento, relativamente a uma fatura de água que apresentava um valor para pagamento superior ao habitual. A fatura em questão tinha mais

dias inseridos o que levou ao aumento do valor total. Contudo o valor do metro cúbico da água mantém-se exatamente igual. -----

-----Relativamente ao assunto em análise disse que, uma vez que o Acordo de Parceria não está ajustado à formalização da adesão de outros municípios ao Sistema Intermunicipal da APAL, exige uma alteração. Entretanto, já existe a manifestação de adesão a este Sistema Intermunicipal do Município de Fornos de Algodres, assim como existem contactos informais de outros municípios. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete abstenções e vinte e quatro votos a favor, aprovar a alteração da designação social da APAL-SIM para “APAL-SIM: Águas Públicas em Altitude – Serviços Intermunicipalizados”;** -----

-----**Deliberou ainda aprovar a minuta da 1ª Revisão ao Acordo de Parceria da APAL-SIM.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO 2024 DOS APAL-SIM**-----

-----Foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que ocorreu um lapso dos responsáveis pela contabilidade da APAL no orçamento que foi aprovado em abril, onde algumas rubricas relacionadas ao abastecimento de água encontravam-se incorretamente classificadas. Situação que agora implica a alteração para correção, com efeitos retroativos a um de maio, data em que a empresa iniciou a sua atividade. ---

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez abstenções e vinte e um votos a favor, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM para o ano 2024;** -----

-----**Deliberou ainda aprovar a retroação de efeitos da deliberação a 1 de maio de 2024, data de início de produção de efeitos do Orçamento e das GOP's dos APAL-SIM para o ano 2024.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----Retomou os trabalhos a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo.-----

-----**8. APROVAÇÃO DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE - HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS - LOTES 15 E 16**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Minuta do Contrato de Constituição do Direito de Superfície entre o Município de Celorico da Beira e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., referente aos Lotes 15 e 16 – Travessa do Picoto, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à Senhora Vereadora Teresa Cardoso para prestar os esclarecimentos necessários sobre o assunto.-----

-----A Senhora **Vereadora Teresa Cardoso** esclareceu que o objetivo é celebrar o contrato de constituição do direito de superfície a favor do IHRU, à semelhança do acordo celebrado anteriormente para a construção de

quatro fogos. Este é mais um acordo que têm de estabelecer com o IHRU, para permitir a construção de mais oito fogos, a custos acessíveis. -----

-----De seguida, apresentou uma síntese dos projetos de habitação que o Município tem gerido até ao momento. Estão a trabalhar em três projetos diferentes no âmbito do 1º Direito, quer o Município como promotor, quer em conjunto com os beneficiários diretos. Em relação aos beneficiários diretos, fizeram um acordo com o IHRU constituindo-se o Município como promotor dos vários projetos, promovendo a contratação dos projetos de arquitetura e especialidades para doze beneficiários diretos, dos quais três já foram aprovados e já estão em condições de avançar para o projeto da empreitada. Ainda em termos de beneficiários diretos têm sete candidaturas em avaliação desde o começo do presente ano. Está agendada reunião com o novo presidente do IHRU, com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de agilizar a análise dessas candidaturas que estão pendentes. Quanto ao Município como promotor do projeto, informou que a candidatura para construção de dezasseis fogos está aprovada, o projeto de arquitetura e especialidades está elaborado, no entanto, os técnicos do Município constataram algumas imprecisões, solicitando a sua alteração ao projetista para posteriormente, se lançar a empreitada relativa a este projeto. -----

-----Em relação à candidatura do arrendamento acessível, o primeiro projeto aprovado e que permite a construção de quatro fogos está na fase de elaboração do projeto de arquitetura e especialidades, para depois passar à fase da empreitada. Relativamente à presente minuta que está para aprovação, após a escritura será lançado o procedimento para a contratação do projeto de especialidades e arquitetura. -----

-----Por fim, disse que têm enfrentado muitas dificuldades para obter respostas do IHRU e por vezes deparam-se com alterações em termos de procedimentos que obrigam a retroceder nos processos. Apesar das contingências têm tentado que os projetos avancem. No entanto, o prazo de execução, até junho de dois mil e vinte e seis, é preocupante, uma vez

que ainda há muitos procedimentos a realizar. Além disso, enfrentam, também, o problema da carência de prestadores de serviço para a elaboração dos projetos de arquitetura, bem como para a realização das empreitadas. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato de Constituição do Direito de Superfície – Habitação a custos acessíveis – Lotes 15 e 16 entre o Município de Celorico da Beira e o IHRU.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**9. RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM A ALSS**-----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal, a proposta em epígrafe, referente à Renovação do contrato de arrendamento com a ALSS – Associação Lageosense de Solidariedade Social.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que, em junho de dois mil e vinte e três, foi estabelecido um contrato de arrendamento com a Associação Lageosense, para suprir a necessidade de um espaço para a comunidade escolar. Atualmente, as necessidades mantêm-se, o que justifica a renovação do contrato.-----

-----De seguida passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----O Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que no término do ano letivo dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, a Associação Lageosense deixou de prestar o serviço de Creche e da Escola a tempo inteiro. O Município assumiu esse serviço, no entanto, não tinha instalações disponíveis, o que motivou a realização de um contrato de

arrendamento não residencial com a Associação Lageosense, pelo período de um ano, que terminou no final do ano letivo anterior. Considerando o aumento do número de crianças a frequentar os serviços, há necessidade de dar continuidade ao contrato que foi renovado por mais um ano letivo. ---

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**10. DESIGNAÇÃO DE UM NOVO ELEMENTO PARA A CPCJ DE CELORICO DA BEIRA, PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMISSÁRIO**-----

-----Pela Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, foi presente ofício da CPCJ (registo n.º 48), solicitando a designação de novo elemento, para substituição do Comissário demissionário Jónatas Rodrigues, com base no disposto no art.º 17, alínea I) da Lei nº 147/99 de 1 de setembro. -----

-----Tendo em consideração que as bancadas do PS e PSD chegaram a um acordo quanto ao nome do cidadão a designar para a CPCJ, o Senhor **Deputado Carlos Cunha**, entregou à mesa da Assembleia Municipal, o nome do cidadão António Carlos Achando para integrar a CPCJ de Celorico da Beira. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- A Presidente da Mesa -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----